

A SIGNIFICAÇÃO DA PRÁTICA ATRAVÉS DO DISCURSO

Arlete Pereira Moura – GEPPC/UFPB

Para um/uma educador/a crítico/a, o ato de pesquisar representava um compromisso com a produção de conhecimento, que possibilitasse intervenção na prática educacional. O conhecimento deveria ser luz, a orientar caminhos e não sombra a obscurecer passagens; e mais do que isso, deveria conduzir à emancipação do indivíduo e a sua vinculação orgânica à luta hegemônica.

Na atualidade, como realizar pesquisas, quando se verificam mudanças em várias direções? Há mudanças na gestão da produção material, na organização do trabalho, na configuração do Estado e estas incidem nas formas de comunicação social e de significação cultural. Vive-se numa época de ‘centralidade da cultura’.

De conteúdo integrante de disciplinas tradicionais, a cultura tornou-se um campo de estudo específico. Com essa centralidade, as mudanças incidem, também, nos paradigmas epistemológicos e desestabilizam as tradicionais formas de investigação. No entanto, substituir uma abordagem crítica por uma abordagem cultural, no entendimento de Hall (p. 33), não significa substituir o *materialismo* ou o *socialismo econômico* por um idealismo cultural – isto é, substituir uma forma de argumento reducionista por outra. Trata-se, sim, de compreender o estatuto epistemológico dos Estudos Culturais e a significação do conhecimento, na atual política da diferença: racial, sexual, cultural.

Os Estudos Culturais quebram as fronteiras tradicionais do conhecimento disciplinar e numa expressão de Johnson (apud NELSON, TREICHLER & GROSSBERG, 1995, p. 9), tornam-se “uma espécie de processo, uma alquimia para produzir conhecimento útil sobre o amplo domínio da cultura humana”. Essa alquimia aproveita-se dos muitos campos teóricos das últimas décadas, “desde o marxismo e o feminismo até a psicanálise, o pós-estruturalismo e pós-modernismo”.

Neste particular, o GT-Currículo da ANPEd, nos últimos anos (2008, 2009), investe na perspectiva de dar visibilidade às formas de investigação assumidas pelos/pelas pesquisadores/as dos Grupos de Currículo das Instituições de Ensino Superior. Entende-se que não se trata de direcionar o desenvolvimento teórico do GT nem as respectivas formas de mediação com a prática, até porque, estas se vinculam às questões investigadas e aos contextos da investigação (NELSON, TREICHLER &

GROSSBERRG, 1995, p. 9). No entanto, a visibilidade dada à multiplicidade de abordagens expostas, ao se revelar no plano da cultura, suscita possibilidades de comunicação e de ‘articulação’ inter-grupal tão necessárias aos Estudos Culturais.

Enquanto integrante do Grupo de Políticas e Práticas de Decisão Curricular da UFPB e articulada a um Grupo de Pesquisa da Uniminho (Braga-Portugal), através da Linha de Pesquisa Políticas Educacionais, Currículo e Formação de Identidades (UEPB), desenvolvo atualmente, o Projeto de Pesquisa Políticas e Práticas de Decisão Curricular: ressignificações discursivas no Brasil. Assumo os estudos culturais como paradigma epistemológico e a análise do discurso, conforme formulação de Fairclough (2001), pelos motivos seguintes.

Primeiro, com a intenção de utilizar a pesquisa para subsidiar a minha prática de professora de currículo. Como interferir na prática, se ignoro o processo de ressignificação do discurso curricular veiculado em textos publicitários da mídia, em textos publicados em livros didáticos e congressos da área, assim como em textos encaminhados às escolas por organismos oficiais?

Segundo, por verificar que as mudanças discursivas dos textos curriculares têm relação com as mudanças produzidas na prática social. A minha tradição de intelectual crítica, que concebe vinculação direta entre a organização do trabalho escolar e a pedagogia do trabalho social, não me permite adesão a um paradigma de investigação desvinculado da história ou significado sob a forma de excursão literária e textual (McROBBIE, 1995, p 43).

Em contato com a obra de Hall (1997, p. 35-36), compreendi que, nem tudo é cultura, mas “toda prática social depende e tem relação com o significado: consequentemente, a cultura é uma das condições constitutivas da existência dessa prática e toda prática social tem uma dimensão cultural”.

Ainda, através de Hall, compreendi que há uma “articulação ou um elo entre a cultura, a economia, o Estado ou o mercado [...] e cada um impõe limite e exerce pressões sobre o outro”. Na trajetória da modernidade iluminista, as empresas ou organizações públicas eram regidas e administradas, segundo uma filosofia ou ‘cultura’ nacional ‘pública’. A partir da década de 1970, desenvolvem-se discursos que associam a regulação pela ‘empresa pública e estatal’ à burocratização e à ineficiência e a regulação pelo econômico e pelo mercado à liberdade e eficiência.

Conforme o autor, não se trata de optar entre formas de regulação; ambas implicam em “*liberdade e restrição*” e configuram-se como “modos diferenciados ou

disputas de regulação cultural mantidas, governando nossas ações nas instituições sociais e na sociedade”. (HALL, 1997, p. 39-40). Para melhor esclarecimento, repito a pergunta e a resposta formuladas pelo autor: “Como a cultura faz para governar? Isso nos leva de volta à questão do significado e, assim, à dimensão ‘cultural’ ou discursiva da ação social da conduta humana [...]”

Se a regulação cultural se processa na perspectiva de abrir a cultura ao jogo livre do mercado, a educação torna-se uma mediação fundamental. Através dela, incutem-se normas, padrões, valores – em resumo, a cultura que se pretende construir. Nessa conjuntura, enquanto a mídia enfatiza a eficácia do setor privado e responsabiliza os/as professoras/as pela ineficiência da educação pública, verificam-se processos de transformação da instituição escolar em organização e de precarização do trabalho docente.

Para viabilizar o meu compromisso com a produção de um conhecimento que possibilite intervenção na prática educacional, fundamento-me, em autores/as estrangeiros/as¹ e em pesquisadores/as brasileiros/as, que produzem no campo dos Estudos Culturais², e invisto na mediação com a prática, através da análise do discurso, a partir de Fairclough (2001), conforme referência anterior.

Fairclough (p. 89) desenvolve uma teoria social do discurso, que reúne a análise lingüística e o pensamento social e político; produz um quadro teórico, que o considera adequado à aplicação na pesquisa científica social e ao estudo da mudança social.

Fundamenta o termo discurso no “uso de linguagem como prática social e não como atividade individual ou reflexo de variáveis situacionais” (p. 92). Em primeiro lugar, entende que o discurso implica uma “forma de ação”, uma forma em que as pessoas agem sobre o mundo e sobre outras pessoas, e como um “modo de representação”. Em segundo lugar, implica uma relação dialética entre discurso e prática social ou, mais precisamente, entre prática social e estrutura social. “O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significados”. (p. 93). Entende que a prática discursiva é constitutiva de maneira convencional, quando contribuiu para a reprodução da sociedade, quanto criativa, quando contribuiu para transformá-la.

¹ Homi Bhabha, Nestor Garcia Canclini, Stuart Hall.

² Alice Ribeiro Casimiro Lopes, Antonio Flávio Moreira, Elizabete Fernandes de Macedo, Marisa Vorraber, Tomaz Tadeu da Silva.

Considera importante a compreensão da relação dialética entre discurso e estrutura social “para evitar erros de ênfase indevida”. De um lado, entendendo-se a determinação social do discurso, ou seja, o discurso como “mero reflexo da realidade social”; e, de outro lado, a construção do social no discurso, ou seja, o discurso “representado idealizadamente como fonte do social”. Comenta que, a representação da realidade do mundo como se a mesma emanasse da cabeça das pessoas, é o erro mais freqüente, nos debates contemporâneos.

Fairclough, a partir de Henrique et. al. & Weedon (p. 91), distingue três efeitos construtivos do discurso. Em primeiro lugar, o discurso contribui para a construção de ‘identidades sociais’ e posições para os sujeitos sociais e os tipos de ‘eu’. Em segundo lugar, contribuiu para a construção das relações sociais entre as pessoas. E em terceiro, para a construção de sistemas de reconhecimento e crença. Em seguida, estabelece correspondência entre estes efeitos do discurso e as funções da linguagem: ‘identitária’, ‘relacional’ e ideacional’.

O autor (p. 100) desenvolve uma abordagem tridimensional do discurso, que reúne três tradições analíticas: a análise textual e lingüística da Lingüística, a análise macrosociológica da prática social em relação às estruturas sociais e a análise interpretativa ou microsociológica, que compreende as ações nos espaços compartilhados onde as pessoas “produzem seus mundos ‘ordenados’ ou ‘explicáveis’”

Essas tradições se revelam no discurso como texto, como prática discursiva e como prática social. Embora a análise do discurso como texto seja mais identificada como procedimento da lingüística e a análise das práticas mais relacionadas com o sentido, o autor entende que essa distinção é irrelevante; as questões de forma relacionam-se, diretamente, às questões de significado e todas elas estão implicadas em questões ideológicas e em relações de poder (hegemonia).

Compreende o texto, a partir de Halliday (p.99), numa acepção ampla, como linguagem falada e escrita e, ao mesmo tempo, como componente básico para a análise das práticas discursiva e social. Ao considerar que o texto não tem existência própria, independente da história, o concebe como um conjunto de fragmentos do passado que terá repercussão no futuro. Uma mudança de palavra ou de significado num texto não representa um ato, meramente, individual é uma ação política emaranhada numa rede de comunicação.

A historicidade do texto é compreendida como ‘intertextualidade’, ou seja, “a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem

ser delimitados, explicitados ou mesclados e o que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante” (KRISTEVA apud FAIRCLOUGH, p. 114). A intertextualidade “implica a ‘inserção da história (sociedade) em um texto e deste texto na história’”(p. 134).

A prática discursiva, por sua vez, faz a mediação entre o texto e a prática social e envolve “processos de produção, distribuição e consumo” de textos, tem relação com esses processos e acontece em contextos sociais específicos. Esses processos, ao mesmo tempo em que incidem sobre o texto, configuram a “intertextualidade” e têm relação com a prática social em termos de estruturas e de lutas sociais.

A produção e o consumo envolvem processos sócio-cognitivos de interpretação de textos formalizados nas estruturas e convenções sociais interiorizadas. Na prática discursiva, as ordens do discurso se revelam e Fairclough (p.99) as considera “facetas discursivas das ordens sociais, cuja articulação e rearticulação interna têm a mesma natureza”.

A prática social está investida de ideologia e de disputas hegemônicas. Ao discutir ideologia, Fairclough (p. 120-121) confronta a concepção desenvolvida por Althusser àquela formulada por Gramsci. Para Althusser, a ideologia “é força material” e, nela, “o sujeito é posicionado”, de tal maneira, que não percebe os efeitos desta e age como se dispusesse de uma “autonomia imaginária”. As convenções são naturalizadas e as possibilidades de ação individual ou coletiva dos sujeitos são subestimadas. Na formulação de Gramsci (p. 123), a ideologia é “uma concepção do mundo que está implicitamente manifesta na arte, no direito, na atividade econômica e nas manifestações da vida individual e coletiva”. Os sujeitos são estruturados por diversas ideologias materializadas em sua prática, que lhes atribuem uma configuração múltipla e lhes agregam “diversos efeitos de lutas ideológicas passadas, como alvo constante para a reestruturação nas lutas atuais”.

O autor entende que a ideologia localiza-se nas estruturas e nos eventos discursivos. As ordens do discurso revelam a influência de eventos passados sobre eventos atuais e os próprios eventos, reproduzem ou transformam as estruturas, que os condicionam.

Ao entender, também, que o campo das ideologias é um campo ‘de correntes ou formações conflitantes’, Fairclough (p. 122) recorre à discussão de Gramsci sobre hegemonia. A hegemonia é significada como forma de poder de uma das classes fundamentais sobre a sociedade e como construção de alianças dos segmentos

dominados. A hegemonia é “liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade”. Constitui “um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter, ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas”.

Ao reconhecer que a luta ideológica acontece, sobretudo, nas instituições da sociedade civil, “interpeladas” por diferentes concepções de mundo e diferentes ideologias, Fairclough (p. 127) acredita na possibilidade de “mudança discursiva”. No seu entendimento, as “origens e motivações da mudança” encontram-se na “problematização das diferentes práticas discursivas”. Entendimento, portanto, que o diferencia de Gramsci, que considerava a mudança produto de ações de intelectuais orgânicos e de partido político.

Com o intuito de instrumentar a luta hegemônica, Fairclough (p. 120) defende uma modalidade de educação lingüística, que desenvolva a consciência crítica dos processos ideológicos no discurso e torne as pessoas conscientes das suas práticas e, ao mesmo tempo, críticas das ideologias investidas nos discursos.

E se modifico o meu jeito de pesquisar, invisto, não na busca de um conhecimento verdade, que ilumine incultos ou emancipe indivíduos da servidão burocrática; invisto na partilha de significados, que possibilitem mudança na prática discursiva, intervenção e tomadas de decisões políticas na cultura educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NELSON, Cary, TREICHLER, Paula A. & GROSSBERG, Lawrence. Estudos culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*; trad. Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Coord. trad. Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Revista Educação & Realidade*, v. 22, n. 2, jul-dez 1997.

McROBBIE, Angela. Pós-marxismo e estudos culturais. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*; trad. Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 1995.